

O MST FRENTE AO CAMPO POLÍTICO INSTITUCIONAL DO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Luís Antonio BARONE¹

RESUMO: Este trabalho busca analisar a trajetória recente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em sua relação com o Estado. A partir de uma discussão teórica sobre os movimentos sociais, avalia-se os limites e possibilidades do MST no campo político institucional. Aponta-se, na conclusão, para os riscos de cooptação e de perda de seu potencial transformador na sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos sociais. Campo político. Hegemonia.

Introdução: o enigma da política e a ação transformadora do MST

A conjuntura política brasileira do início dos anos 2010 traz desafios enormes para as forças progressistas. Se, por um lado, a consolidação de uma ordem democrática garante espaço para o debate e uma ação política transformadora, por outro, a complexidade do jogo institucional e o arranjo de forças que marcam o momento torna uma ação dessa natureza extremamente difícil. Este texto pretende discutir criticamente um dos principais sujeitos políticos desse processo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), exatamente dentro dessa dinâmica política institucional. O objetivo é aumentar a capacidade de compreensão da realidade na qual esta importante força popular organizada se movimenta. Desde já, esclarece-se o caráter delicado desse debate, por vezes mal interpretado, por vezes explicitamente enviesado, dado o caráter político-prático que essa discussão comporta. Para uma necessária transparência e o incremento da capacidade crítica, é importante externar, de forma aberta e dialógica, análises e interpretações que possam enriquecer essa difícil caminhada.

A bibliografia relativamente abundante sobre a ação política do MST tem assumido uma certa apreciação sobre a **inovação** política que o movimento representa na sociedade brasileira (COMPARATO, 2001; CARVALHO, 2002; FERNANDES, 2000, 2008; CARTER, 2010). No entanto, para além de uma crítica eminentemente partidarizada

¹ UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologias - Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente. Presidente Prudente – SP – Brasil. 19060-900 - labarone@uol.com.br

(antirreformista assumida), autores sérios da sociologia brasileira têm buscado analisar criticamente a organização (MARTINS, 2000; NAVARRO, 2002), embora nem sempre deixando de lado certa dose de desencanto pessoal. É fundamental, no entanto, manter um olhar crítico sobre esses processos sociais, sob pena de não compreendê-los. Essa reflexão crítica procurará centrar-se num conjunto de questões clássicas para a sociologia política, ensaiando uma contribuição que seja, inclusive, útil para o debate interno da organização.

Busca-se analisar o MST como movimento social, mas este entendido como sujeito político, imerso e participante, portanto, num campo que é de disputa e conflito, assim como também de diálogo e negociação. Se essa participação já foi, no período do governo FHC (1995-2002), criticada como sendo bloqueada pela “negação da política” (MARTINS, 2000), a trajetória do MST, ao findar o governo Lula da Silva (2003-2010), cobra uma avaliação mais esclarecedora². Esconder esse debate, talvez por preconceito ideológico, é esconder-se desse debate – algo que só colabora para um certo conformismo e mistificação das práticas políticas que são atualmente desenvolvidas. A sociologia, como ciência da sociedade, “*desencanta*” a realidade (célebre tese da sociologia clássica), retirando dela elementos místicos³.

Ao cabo desse período de mais de duas décadas, o MST se institucionalizou (FERNANDES, 2008), paralelamente à evolução da recente experiência democrática do país. É nesse contexto que o arranjo político-institucional foi sendo formado e transformado, sob ação das mais variadas forças sociais – inclusive das organizações populares. Estas últimas, por sua vez, não apenas propõem, mas também respondem à dinâmica da maquinaria institucional, criando um campo político específico (BOURDIEU, 1989), no qual agentes/agências do Estado se conjugam, sempre em tensão, com atores/sujeitos da sociedade. O regime democrático inevitavelmente inclui e absorve esses atores, portadores dos mais diversos projetos, mas postos numa arena de atuação na qual não existe a opção da não participação.

A partir de uma digressão teórica específica, julgada adequada para a discussão dos dilemas que tal participação carrega, será tentada uma interpretação da participação ativa do MST no jogo político-institucional, sobretudo no período Lula (2003-2010). Como estratégia

² Cita-se uma recente avaliação, procedida por especialista internacional (BRANFORD, 2010), como exemplo de certa superficialidade na discussão do período Lula.

³ Não é objeto desta reflexão avaliar o papel da mística na organização possível de um grupo como o MST – embora esse também seja o papel da sociologia. Não será feito recurso algum ao elemento “mística” porque não se discute, aqui, a função de aglutinação e também manipulação social dessa dimensão subjetiva na relação entre dirigentes e dirigidos.

de explanação, mais do que sintetizar a evolução dos estudos sobre os movimentos sociais no país, aponta-se, aqui, autores e conceitos que parecem úteis para uma compreensão mais esclarecedora do tema em questão. Por fim, busca-se 1) avaliar criticamente esse processo, com vistas a uma (auto)compreensão da prática política do MST face aos agentes governamentais; 2) reconhecer os riscos que ameaçam uma ação/organização política qualificada para incidir sobre o espaço político, de maneira a provocar avanços qualitativos na busca por justiça social e liberdade política.

Os movimentos sociais como sujeitos da história política recente: teoria e prática de novos atores políticos

Os movimentos sociais, que podem ser genericamente definidos como ações coletivas de conteúdo conflitivo, são fundamentais para a compreensão da mudança social nas sociedades contemporâneas. Sua especificidade, já percebida por estudiosos europeus do pós-guerra, refere-se ao fato de serem mais fluidos - em termos de elementos constituintes e de temporalidade - e autônomos que as "lutas de classes", objeto privilegiado da teoria marxista. As leituras sociológicas sobre os movimentos sociais, sobretudo aquelas que dialogam com essa tradição, foram obrigadas a abrir mão da ortodoxia marxista, em favor de uma abertura teórico-conceitual (multidirecional, diga-se de antemão) capaz de dar conta da dinâmica e da estrutura desses fenômenos.

Esta temática ganhou impulso na sociologia brasileira a partir da década de 1970, *pari passu* à emergência de inúmeros movimentos populares de cunho reivindicatório, justamente no período chamado de "transição democrática". Assim, pode-se dizer que a importância deste novo enfoque analítico está diretamente relacionada com sua premência e novidade política, numa conjuntura que lhe deu relevo e sentido. Foi o que Chico de Oliveira, sociólogo do CEBRAP, qualificou de "**o destampar do caldeirão**", imagem que traduz a velocidade e a temperatura das demandas sociais - antes reprimidas pelo regime militar - que emergem de uma vez, como a lufada de vapor que sobe quando se destampa uma panela que está no fogo. O momento político vivido pelo país nos anos 1980 garantiu a esses conflitos um conteúdo político eminentemente progressista, orientado para a reconquista da democracia e promoção política das classes populares.

A partir dessa conjuntura, “um novo personagem entra em cena” (SADER, 1988), personagem não gestado no espaço produtivo mas, muito ao contrário, na chamada esfera reprodutiva de vida social, ou seja, nos recônditos mais privados de nossa sociedade (como o bairro, a família, o grupo religioso etc). Essa discussão é decisiva para a concepção de um tema específico na interpretação sociológica, denominado desde então de **movimentos sociais**. A questão teórica da identidade social, então, é alterada: não se privilegiará apenas (e nem principalmente) a posição ocupada pelos agentes na **linha de montagem** - o que conferia uma identidade estrutural aos movimentos, porém com o prejuízo de sua autonomia. Tal problemática ganha, antes, contornos definidos pela antropologia (sem dúvida, pioneira em termos de estudos sobre o cotidiano dos grupos sociais), como uma "auto-identidade", inseparável, portanto, de aspectos subjetivos e, no mais das vezes, extra-econômicos.

A análise sociológica desse fenômeno mudou, portanto, o *locus* gerador do conflito e da mobilização social. É nesse sentido que estudos originalmente realizados sobre as periferias urbanas (clube de mães, movimentos pró-moradia popular, movimentos pró-saúde pública, Comunidades Eclesiais de Base), pólos aglutinadores de uma nova visão sobre o processo de politização das camadas mais pobres, irá se desdobrar, mais tarde, em estudos sobre os movimentos feministas (depois, sobre as relações de gênero), movimentos étnicos (sobretudo o movimento negro), movimentos ecológicos, de juventude etc.. Percebe-se, sobretudo nestes últimos, a distância em relação à lógica binomial **Capital x Trabalho** - sendo isso, também, importante para o impulso à redemocratização do país

Se essa nova realidade brasileira ganha *status* científico já a partir do final dos anos 1970, é no decorrer dos anos 1980 que tais movimentos ganham força e conquistam um espaço decisivo na vida política nacional. No entanto, do ponto de vista teórico, sua curta temporalidade, aliada à dificuldade de construção de uma **identidade comum** entre os diversos movimentos, são obstáculos práticos a uma eficácia ampliada desses tais **novos personagens** - algo inerente deste objeto de estudo, na verdade, uma gama pulverizada de grupos reivindicatórios que ganham as ruas no início da transição democrática.

Na esfera analítica, muitos autores tentaram explicitar as características específicas das ações coletivas reivindicatórias, ora separando-as formalmente do que seria um movimento social, ora definindo parâmetros para classificar essas ações em relação à sua eficácia e perenidade. Perseguindo uma linha de avaliação que seja útil aos propósitos deste artigo, Jacobi (1983), indica que os aspectos determinantes da emergência de uma **ação coletiva organizada** são uma base social específica, a presença de agentes externos (articuladores

sociais), valores de referência, uma noção de carência objetiva e a presença de concepções de transformação social⁴. Tanto os movimentos sociais quanto as ações reivindicatórias estão direta ou indiretamente referidas ao estado - geralmente responsável (ou responsabilizado) pelos problemas geradores da mobilização. Um movimento pode partir de classes sociais distintas, desde que as carências e os valores de referência sejam os mesmos (exemplo: o movimento feminista)⁵.

Os articuladores sociais - agentes destacados na resposta prática aos dilemas dos movimentos reivindicatórios - são os mediadores entre o movimento e o estado (ou mercado). Estes têm fundamental importância porque fazem a ponte entre os pólos em conflito, sendo os agentes da negociação a ser (ou não) firmada. Jacobi (1983) esclarece que é comum tais agentes utilizarem sua posição frente aos movimentos para ganhar respaldo político e, assim, defender interesses profissionais específicos (surgimento de uma classe política).

Ruth Cardoso (1983) concorda com Jacobi. Para ela, uma aclamada independência dos movimentos frente aos políticos e aos partidos precisa ser matizada. Mesmo reconhecendo a novidade dos movimentos sociais do período e sua potencialidade para se opor à política clientelista e populista da política tradicional, Cardoso afirma que

[...] continua a haver convivência entre estas (novas) formas de participação e a redemocratização de alguns países que viviam sob a dominação autoritária... (demonstrando) o quanto é complexa a relação entre partidos e movimentos sociais. (CARDOSO, 1983, p.78).

Numa reflexão posterior, Munck (1997) complementa as considerações de Cardoso e Jacobi. Analisando a relação entre os movimentos e o estado, Munck apresenta um quadro esquemático (*quadro 1*) que ainda se mostra bastante útil para uma análise atual dos movimentos sociais. As opções desenhadas por este analista vão desde a orientação para uma estratégia ofensiva (opção 2), até à adesão passiva ao populismo (opção 3) e ao isolamento fundamentalista (opção 4).

⁴ Como referencial teórico dessa reflexão de Jacobi (1983, 1989), tem-se a perspectiva acionista de Alain Touraine (TOURAINÉ, 1969).

⁵ A criação de "*conselhos populares*", ainda segundo Jacobi (1989), seria uma alternativa aos movimentos que não pretendem institucionalizar um projeto. Através dos conselhos, haveria a legitimação da reivindicação e uma maior facilidade na comunicação com o Poder Público (Estado). Note-se que esta reflexão teórica irá se desdobrar - sobretudo a partir da vigência da nova ordem constitucional (1988) - em um modelo cada vez mais estimulado de gestão da coisa pública e da intermediação das demandas populares frente ao Estado.

Quadro 1- O problema da estratégia política; quatro grandes opções

| | | Consistência da Identidade/Estratégia | |
|-------------------------------------|--------------------------------|---|---|
| | | <u>Alta</u> | <u>Baixa</u> |
| A r e n a d e | Político- institucional | (2) Movimento social politicamente orientado (estratégia ofensiva) ↑ | (3) Força política populista (estratégia prevalece sobre identidade: autonomia perdida) ↗ |
| | Social (Sociedade civil) | (1) Movimento social autolimitado (estratégia defensiva) | (4) Força social fundamentalista/ comunal (identidade prevalece sobre estratégia: movimento volta-se para si mesmo) → |

Fonte: Munck, G., 1997

Fonte: Munck (1997, p.121).

Cabe perguntar se, na evolução dos movimentos sociais na direção de uma maior estruturação e institucionalização, é possível intervir estrategicamente no sentido de se evitar as mazelas de uma adesão acrítica aos governos de plantão ou de um “fechamento” ao mundo político e cultural, prenúncio de sua morte. A solução de Munck (1997) passa pela adequada qualificação da coordenação política frente aos dilemas da atuação nos espaços da sociedade da política institucional.

A busca por formulações teóricas capazes de iluminar a crítica encontra propostas das mais diversas, cuja característica comum é trabalhar mais além das fronteiras conceituais do marxismo⁶. Nos anos 1980, Ernesto Laclau (autodefinido como pós-marxista), discutindo a identidade sócio-política de um movimento social, avalia que esta não existe previamente à sua articulação (LACLAU; MOUFFE, 1989; LACLAU,1992): isto é, não há uma identidade prévia ao desenvolvimento de um discurso acerca de sua existência e suas relações. As **práticas articulatórias** (LACLAU; MOUFFE, 1989) seriam estes discursos que constituem e organizam as relações sócio-políticas.

⁶ Citamos autores como H. Lefebvre, que busca dialogar com a chamada Escola de Chicago; Alain Touraine, com uma produção mais afeita às teorias acionalistas e Ernesto Laclau, que dialoga com as teorias de Jacques Derrida.

Enquanto a noção de **mediação**, utilizada por Touraine (1969, 1998), surge de uma consequência necessária, uma **relação lógica**, entre objetos sociais (por exemplo, classes), a **articulação**, em contraposição, é sempre contingente e fruto histórico dos embates discursivos, cujo resultado será um determinado nível de hegemonia – esta mesma um discurso sobre a totalidade, entendida como sempre relacional. Assim, a possibilidade de se avaliar a estratégia política dos movimentos sociais, para além de sua permanência temporal ou estrutura organizacional, situa-se na capacidade virtual desses de construir uma articulação (um conjunto de trocas simbólicas no campo político) de maneira a ampliar sua hegemonia, seja em setores específicos da sociedade, seja na sua luta geral (na totalidade).

A busca de respostas, práticas e teóricas, a estas questões mobilizaram não só um novo arsenal teórico, mas, do ponto de vista prático, um esforço de viabilização política desses movimentos. Reforçou-se a importância da ação política dos militantes, aos quais caberia integrar esses conjuntos desconexos de reivindicações, aparando - por assim dizer - as arestas deles e construindo um discurso político unificado, capaz de articular os diversos movimentos.

Práticas articulatórias e institucionalidade democrática

Efetivamente, o caldo cultural dos anos 1980 possibilitou uma grande articulação, tendo como eixo a conquista dos direitos democráticos. Assim, muito do inerentemente pulverizado e temporário nos movimentos reivindicatórios ganhou um significado **extra** e de maior duração, na medida em que foi constituído como que um **grande movimento social** pela democratização do país. Partidos de oposição da época - dentre eles, particularmente o PT - muito se nutriram desse grande movimento, buscando dar-lhe ressonância e articular politicamente o **grito das ruas**. É inegável que a intensa mobilização coletiva, que envolveu amplas camadas da sociedade brasileira (inclusive os **silenciados** setores populares) nos anos 1980, foi ingrediente fundamental na construção da nova institucionalidade política do país. Nossa democracia ganhou realidade social justamente devido a esses movimentos sociais.

Tomando essa perspectiva teórica para a compreensão da realidade histórica brasileira, ao se retornar à temática de como tornar mais perene o poder de atuação dos movimentos, tem-se, em primeiro lugar, que a própria evolução democrática do país buscou incorporar essas manifestações de base. Some-se a isso um balanço possível desse forte movimento

cíclico, que influenciou diretamente nos rumos da democratização recente do Brasil, algo que aponta para um movimento "para cima" de parte dos movimentos sociais - através de suas lideranças ou dos seus mediadores. Essa ascensão mesma, resultado da força desses movimentos, levou, por outro lado, à fragilização daquilo que era característico dos chamados movimentos sociais: a sua capacidade de mobilização horizontal - da base da sociedade, portanto.

É uma decorrência política (e lógica, já há muito teorizada) do momento de consolidação da democracia no país: a constituição de máquinas institucionais sobrepostas a essa série de movimentos de base. Se o movimento político pelo *impeachment* do ex-presidente Collor de Mello (1992) coroa essa mobilização pela redemocratização do país, ele é concomitante à crise dos movimentos reivindicatórios.

Pode-se, mantendo um diálogo com a teoria de Touraine (1969), até mesmo aventar a hipótese de que, na conjuntura que se desenhou nos anos 1990 (sobretudo no pós-Collor), devido à forte ênfase no mercado como agente regulador da distribuição da riqueza, esta instituição passou a ser vista como o elemento referencial na definição de projetos - quase que substituindo o estado. A luta pelos direitos do consumidor, sempre mediada pela idéia de auto-regulação do mercado, reporia os elementos analíticos da teoria em uma nova configuração.

Tais movimentos sociais (de consumidores, mais que de cidadãos) que acabaram - de forma atomizada - preenchendo o vácuo antes ocupado por movimentos mais amplificados, reduziram, por sua vez, o conteúdo da cidadania ao binômio **contribuinte-consumidor**. Essa proposta política, sem dúvida, trazia a marca ideológica do chamado "neoliberalismo" e, embora ineficaz no enfrentamento dos grandes desafios de nossa época, logrou algum sucesso como prática articulatória, demarcando um campo político de disputa pela hegemonia nos anos 1990. O recente processo político brasileiro se desenvolveu a partir de embates que desenhou campos opostos, cuja dinâmica se dava na busca por hegemonia, através dos mecanismos consagrados pela institucionalidade democrática. A crise do projeto/prática articulatória neoliberal, no início do atual século, deu oportunidade para que o chamado campo **democrático-popular** chegasse à Presidência da República.

Embora fundado também por segmentos sociais importantes para a teoria clássica (como a organização sindical classista), o Partido dos Trabalhadores logrou ampliar significativamente o seu campo de alcance político. A capacidade de construir **práticas articulatórias** que recobriram amplos grupos sociais conferiu a este projeto uma virtualidade

hegemônica⁷. A constituição de uma força política institucionalizada e materializada num partido garantiu, aos vários movimentos sociais da época, de um poder de fogo maior - capaz de alterar o rumo em termos de governo nacional. Esse mesmo movimento, **para cima**, levou à fragilização daquilo que era a principal virtude dos movimentos sociais, ou seja, a sua autonomia.

Paradoxalmente, o sucesso de uma estratégia política calcada num partido cujo núcleo organizativo surgiu dos movimentos sociais representa, hoje, uma ameaça ao seu potencial transformador. Como escapar do dilema dos meios se tornarem fins? Este, aliás, é o problema “demoníaco” da política. Como alerta Michells (1983) já há um século, a institucionalização dessas forças sociais de base, garantindo uma maior eficiência no jogo pelo poder estabelecido, gera - como que por obediência a uma "lei de ferro" - a "oligarquização", ou seja, a verticalização hierárquica e o conseqüente distanciamento dos operadores das estruturas de coordenação política em relação às bases populares. A temática da burocratização na democracia moderna, algo que deve muito aos trabalhos seminais de Weber (1982), é decorrência direta desse processo. No caso brasileiro, essa dinâmica foi interpretada como uma "desmobilização dos movimentos populares urbanos" (GOHN, 1997), ocorrida nos anos 1990⁸.

MST e o jogo político-institucional: uma contribuição ao debate

Sem dúvida, no decorrer da década de 1990, o MST torna-se a principal referência em termos de movimento social organizado no Brasil. Sua trajetória frente ao Estado, no entanto, mesmo no período de maior ativismo contestatório, durante os dois governos FHC (1995 – 2002), merece ser revisada, a fim de podermos entender a atual postura do MST.

Neste período, o MST avança em sua institucionalização (FERNANDES, 2008). É nos anos 1990 que a força do **ativismo público** do movimento dos sem-terra torna-se patente (CARTER, 2010). No entanto, este período se encerra justamente com críticas acadêmicas que buscam lançar novas luzes sobre a atuação política deste movimento (MARTINS, 2000;

⁷ É digno de citação o fato de que o grupo político interno ao PT do qual Lula participava (sua tendência majoritária) se autodesignava, no decorrer dos anos 1980, de “Articulação”, uma referência bastante explícita à perspectiva teórica dos pós-marxistas.

⁸ É interessante notar que é justamente esta estudiosa dos movimentos sociais quem primeiro valoriza o potencial dos movimentos sociais rurais, mais especialmente do MST, em contraposição ao dito esvaziamento dos movimentos urbanos (GOHN, 1997).

NAVARRO, 2002). Não trataremos aqui do conteúdo dessas críticas, muitas das quais exaradas em contexto de rupturas pessoais com a organização. Elas, porém, indicam um hiato entre o projeto e a prática do MST – fenômeno que merece, sim, apreensão sociológica. É no bojo dos dilemas da burocratização das demandas e da posição dos mediadores que buscaremos uma tentativa de interpretação.

Ensaando uma avaliação dessa relação entre o movimento, como ator político, frente ao arranjo hegemônico que dirige o Estado brasileiro, temos uma relação que se torna profundamente mais complexa com a chegada ao poder político da frente liderada pelo PT, em 2003. Não se trata de proceder a um balanço do MST no governo Lula, mas de uma avaliação de como essa conjuntura incide sobre a capacidade transformadora de um movimento social específico, cuja ação, por sua vez, incide junto aos segmentos dos pobres do campo. Como estes, que já foram denominados de “os últimos cidadãos” (HOUTZAGER, 2004) estão fazendo política? Ou, mais especificamente, como sua mais conhecida organização está fazendo política? Para onde aponta a trajetória já trilhada e os sinais do horizonte?

É difícil responder a estas questões. A mais óbvia das observações neste campo diz respeito à inflexão adotada pelo movimento com a chegada de Lula à Presidência da República (2003). Embora com marchas e contramarchas, fica evidente, ao observarmos o período todo do governo Lula, que o MST adotou **um lado** na divisão das forças hegemônicas da política brasileira. No entanto, essa trajetória merece ser revista. De um tom celebrativo, embora comedido, do tipo “chegamos ao governo e não ao poder” (depoimentos de lideranças logo após a eleição) e da análise de que o governo Lula era um “governo em disputa” (reiterada em entrevistas de lideranças a importantes órgãos de imprensa ao longo de 2003), percebe-se, claramente, a elevação do tom crítico a partir da não aprovação, pelo governo, da proposta de II PNRA, elaborada sob coordenação de Plínio de Arruda Sampaio (OLIVEIRA, 2006; FERNANDES, 2008; BRANFORD, 2010), ainda no final de 2003.

Em 2004, parecia desenhar-se, no cenário político brasileiro, uma postura que, a partir da frustrante situação de 2003, dominaria a relação entre governo e organização. Assiste-se a uma tensão crescente no diálogo, acompanhado de um acirramento dos conflitos no campo, a partir do aumento das ações de ocupação, que sempre foram a marca registrada do MST. De fato, uma leitura panorâmica da cobertura da imprensa sobre essa relação evidencia um crescente distanciamento e crítica por parte dos porta-vozes mais recorrentes do Movimento. Tal postura, fruto da frustração da organização e de parte da esquerda que ajudou a eleger

Lula, seria esperada, dada as decisões tomadas pelo governo federal, tanto com relação à temática agrária, quanto com relação à gestão macroeconômica do Estado brasileiro (bastante conservadora, reeditando a linha tida como “neoliberal” do governo anterior).

Porém, a conjuntura que se desenvolve em 2005 tem um efeito fortíssimo sobre as ações e posturas políticas do MST, no contexto de sua relação com o governo federal. Pesa sobre tais ações a eclosão da principal crise do governo Lula, a denúncia do chamado “mensalão” – que seria a prática adotada pelo executivo para aliciar uma base governista fisiológica. A ameaça de um processo por corrupção ativa, que poderia chegar até ao impedimento do presidente Lula, faz ocorrer um novo alinhamento do movimento, agora sob pressão de um “golpe da direita”.

Enquanto setores da esquerda, que atuavam no meio sindical e, inclusive, detinham mandatos eletivos pelo PT, rompem formalmente com o partido⁹, o MST acaba por se tornar um fiador popular de Lula, uma espécie de força de dissuasão política (ao lado de CUT e UNE). Inúmeras foram as ameaças não cumpridas de mobilizações massivas, de rua, de ambos os lados – detratores e defensores do governo. No campo da oposição (capitaneada por PSDB e PFL/DEM), evidenciou-se a completa falta de apoio junto aos setores mais organizados das classes populares (justamente aqueles que sempre apoiaram Lula); no campo hegemônico pelo governo, por sua vez, a simples referência a possíveis manifestações de massa, mas sempre a partir de declarações das lideranças políticas das organizações populares (MST inclusive), bastou para definir a vitória de Lula nessa “batalha política nas ruas” que jamais houve.

Por outro lado, ainda, os grupos políticos que se distanciaram do governo, pela esquerda, também não lograram êxito numa estratégia de mobilização de massas. Boa parte deles, conformados nos partidos de esquerda hoje institucionalizados no país (PSOL, PSTU, PCO), parece ter apostado no seu crescimento a partir das eleições de 2006, ocasião na qual poderiam debater programas alternativos ao de Lula. Esse racha na esquerda, embora não tenha produzido uma nova coalizão de forças populares (vide as baixas votações de 2006 e, sobretudo, de 2010), marcou claramente a ruptura entre o projeto político petista e as expectativas dos grupos mais radicais, para os quais a defesa de uma reforma agrária massiva e estrutural sempre foi incondicional. Diferentemente dessa postura, o bloco de esquerda que

⁹ A linha “conservadora” adotada por Lula, mais as denúncias de corrupção, levaram a uma ruptura com o PT de um grupo (do qual fez parte Plínio de Arruda Sampaio) que trabalhou, então, para a formação do PSOL: movimento partidário que, por afinidade política-programática, o MST tinha tudo para estabelecer forte relação política.

se manteve ao lado do governo Lula, polarizado a partir da defesa do mandato do presidente, tem contado com a presença constante do MST, mesmo que o programa eleitoral do PT na campanha de 2010 mal fizesse referência à reforma agrária.

Por uma conclusão

Numa avaliação para o debate temos que, para além das decisões dos Encontros Nacionais do MST, uma postura pragmática, pouco discutida com a base militante da organização, foi assumida e ganhou força desde 2005. A vitória de Lula em 2006, com apoio político do MST (velado no primeiro turno e explícito no segundo), teria ajudado a consolidar isso que está sendo definido como “lulismo” (SINGER, 2009) - um “novo” populismo, ainda pouco analisado. A relação do MST com o governo Lula se concretizou, então, muito mais a partir de decisões conjunturais do que do programa expresso nas instâncias mais representativas da organização (como os documentos dos Encontros).

Teria colaborado para isso uma estrutura organizacional marxista-leninista, altamente hierárquica e alienante, conforme afirmam analistas como Martins (2000) e Navarro (2002)? O MST precisa saber se distanciar de uma duplicidade de posturas que marca a atuação desse modo de ser da esquerda, sob pena de perder legitimidade junto aos seus apoiadores. O certo é que, assim como o PT mudou seu discurso e sua maneira de agir frente à dinâmica política do Estado, sem mudar seu programa (denúncia recorrente nos primeiros anos do governo Lula), o MST parece ter mudado substancialmente sua forma de agir frente ao Estado (materializado, nessa perspectiva, pelo governo Federal), sem uma reflexão crítica sobre essa relação.

Essa postura política do MST acaba por envolvê-lo num obscurantismo que ameaça sua autonomia. A adesão à campanha de Dilma, já no primeiro turno de 2010, não se coaduna com a visão de conjuntura que a organização expressa a partir de sua militância de base. O lulismo parece assombrar o Movimento, a partir de uma política de relações pessoais entre lideranças e Lula (mas também com agentes destacados do governo federal), nomeações de “ex-militantes” e uma bem executada ação clientelista, muito mais complexa que a ampliação do “bolsa-família”.

Romper com esse obscurantismo na relação com o governo é necessário. É preciso compreender que as ações políticas tomadas se dão sempre num contexto relacional, repleto de consequências. Como já disse Walter Benjamin (1985), em suas teses “sobre a história”,

não se caminha num vazio no chão da história. Os sujeitos da “emancipação humana” não estão sós nesta estrada: a ação política recoloca sempre em questão a relação com a instituição do poder e, na medida em que uma ação política não expressa, sempre e diretamente, o confronto com a lógica do poder, originam-se arranjos que, mesmo considerados táticos e conjunturais, redundam em participação efetiva numa política que não é a consagrada pelo projeto político.

O risco de que o MST se consolide institucionalmente mais como uma força política populista (MUNCK, 1997), linha auxiliar dos governos do PT, é real e será posto à prova neste novo período (governo Dilma, 2011/2014). Por outro lado, a conversão do Movimento em uma agência de empoderamento dos diferentes segmentos da agricultura familiar, algo defendido por dirigentes do MST e já preconizado por estudiosos há muito distantes do diálogo com o Movimento (NAVARRO, 1997), ainda carece, por parte do MST, de uma nova formulação teórica – senão de uma verdadeira inflexão em seu discurso mais público. Daí a necessidade de relativizar a prática concreta da política, assim como não subestimar o tático e o conjuntural. A teorização política deve enfrentar e discutir abertamente o dilema de participar dos governos, mesmo que estes não apontem para o horizonte estratégico desejado. Essa difícil calibragem teve uma formulação discursiva lapidar, apresentada há alguns anos por Wallerstein, com a qual encerramos essas reflexões:

Vivemos num ambiente mundial caótico e é difícil enxergar com clareza. É mais ou menos como tentar seguir adiante numa grande tempestade de neve. Os que quiserem sobreviver precisam examinar tanto a bússola — para saber em que direção caminhar — quanto o terreno alguns centímetros à frente — para não despencar em algum precipício. A bússola guia nossos objetivos de médio e longo prazos, indica o tipo de novo sistema mundial que queremos construir. Os centímetros à nossa frente são a política do mal menor. Se não nos preocuparmos com ambos, estaremos perdidos. Debatamos o rumo da bússola, ignorando os Estados e os objetivos nacionais. Assumamos, porém compromissos com ambos no curto prazo, para evitar os abismos. Desse modo, teremos uma chance de sobrevivência, uma chance de construir o outro mundo possível (WALLERSTEIN, 2008).

THE “MST” FRONT THE POLITICAL AND INSTITUCIONAL FIELDS IN XXI CENTURY

ABSTRACT: *This paper seeks to analyze the recent history of the Movement of Landless Workers (MST) in its relationship with the state. From a theoretical discussion about social movements, assesses the limits and possibilities of the MST in the political institutions. Points*

out, in conclusion, the risks of cooptation and loss of its transformative potential in Brazilian society.

KEYWORDS: *Social movements. Political field. Hegemony.*

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Obras escolhidas, v.1).

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANFORD, S. Lidando com governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2010. p.409-431.

CARDOSO, R. C. L. Movimentos sociais urbanos: um balanço crítico. In: ALMEIDA, M.; SORG, B. (Org.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.215-239.

CARTER, M. Origem e consolidação do MST no Rio Grande do Sul. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2010. p.199-235.

CARVALHO, H. M. A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta à Zander Navarro). In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.233-258.

COMPARATO, B. K. A ação política do MST. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.15, n.4, p.105-118, out./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10377.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

DURHAM, E. R. Movimentos sociais: a construção da cidadania. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n.10, p.24-31, out. 1984.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. 27 anos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (Org.). **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA, 2008. p.27-52.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

HOUTZAGER, P. P. **Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2004.

JACOBI, P. Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle versus cooptação e clientelismo. In: BOSCHI, R. R. (Org.). **Movimentos coletivos no Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p.145-179.

_____. **Movimentos sociais e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1989.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemony and socialist strategy: toward a radical democratic politics**. London: Verso, 1989.

_____. A política e os limites da modernidade. In: HOLANDA, H. B. de (Ed.). **Pós-modernismo e política**. São Paulo: Rocco, 1992. p.127-149.

MARTINS, J. S. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: EDUSP, 2000.

MICHELLE, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Ed. da UnB, 1983.

MUNCK, G. L. Formação de atores, coordenação social e estratégia política: problemas conceituais de estudo dos Movimentos Sociais. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.40, n.1, p.105-126, 1997.

NAVARRO, Z. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo, o MST e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997. p.111-132.

_____. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.189-232.

OLIVEIRA, A. U. A não reforma agrária' do MDA/INCRA no governo Lula. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL, 1., 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://neararj.files.wordpress.com/2010/06/a-e2809cnao-reforma-agrariae2809d-do-mda-incra-no-governo-lula.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. **Novos Estudos**, São Paulo, n.85, p.82-103, dez. 2009.

TOURAINE, A. **Sociologia de la accion**. Barcelona: Ariel, 1969.

_____. **Crítica da modernidade**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

WALLERSTEIN, I. Construir outro mundo em meio à tempestade. **Le Monde Diplomatique**, São Paulo, 18 jul. 2008. Crise & alternativas. Disponível em: <<http://diplomatie.uol.com.br/acervo.php?id=2732&tipo=acervo>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.